

EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: PLANEJAMENTO, INTERCÂMBIO E TECNOLOGIA

Fabio Gomes Rocha¹

Andrea Karla Nunes²

RESUMO

O presente trabalho, de cunho bibliográfico, teve o objetivo de discutir o planejamento pedagógico e as suas relações com o uso das tecnologias e ações de intercâmbio. A ampliação de estudantes e culturas possíveis no ambiente universitário leva a questionamentos sobre a formação dos professores para atuarem nesse novo cenário. Na dinâmica das relações em ambiente educacional sob diversidade cultural e, ainda, em um mundo em que a tecnologia está presente de forma ubíqua, a atuação docente exige mais do que transmitir informações. Torna-se essencial que as práticas pedagógicas incorporem as novas tecnologias, as quais já estão presentes na vida dos estudantes, sob pena de tornar o ensino e a aprendizagem distante do contexto de competências requeridas nas relações sem fronteiras. Associado a isso, os planos para o ensino devem considerar a interculturalidade no ambiente educacional, promovendo a integração dos estudantes diante da diversidade.

Palavras-chaves: Intercâmbio. Planejamento pedagógico. Tecnologias.

ABSTRACT

The purpose of this study was to discuss pedagogical planning and its relations with the use of exchange technologies and actions. The expansion of students and possible cultures in the university environment leads to questions about the training of teachers to act in this new scenario. In the dynamics of relations in an educational environment under cultural diversity, and also in a world where technology is ubiquitously present, teaching requires more than transmitting information. It is essential that pedagogical practices incorporate new technologies, which are already present in the lives of students, otherwise it will make teaching and learning far from the context of competencies required in relations without frontiers. In connection with this, plans for

¹ Professor do curso de computação – Unit, Doutorando em Educação – Unit, Mestre em Ciências da Computação – UFS, Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Tecnologia da Informação e Comunicação. E-mail: gomesrocha@gmail.com

² Doutora em Educação, Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes e Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologias e Contemporaneidade (GPETEC). E-mail: andreaknunes@gmail.com

teaching should consider interculturality in the educational environment, promoting the integration of students in the face of diversity.

Keywords: Exchange. Pedagogical planning. Technologies.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o ambiente educacional deve estar preparado para receber em seu meio integrantes dos mais diversos países. As tecnologias de comunicação instantânea colaboraram para a troca de experiências entre instituições de ensino ao redor do planeta, integrando pessoas e grupos. No Brasil, tal processo de integração foi ampliado por meio do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G), criado em 1965, pelo Decreto nº 55.613 e, atualmente regido pelo Decreto nº 7.948/2013. O foco dessa legislação é dar apoio a estudantes de países em desenvolvimento, por meio de bolsa de estudos, para cursarem o ensino superior no Brasil. A prioridade de atendimento é dada aos estudantes dos países da África, Ásia, Oceania, América Latina e do Caribe (PIZZINATO, 2017).

Além do intercâmbio, iniciado pelo PEC-G, as mudanças tecnológicas ocorridas na década de 1990, com o surgimento da Internet, ampliaram as possibilidades para um mundo de interconexão e de integração de culturas e comunidades (OLIVEIRA, FREITAS; 2017). Isso culminou no movimento pela construção de uma agenda globalizada, organizado pela Unesco e pelo Banco Mundial (MELO, 2014). Essa agenda expandiu o intercâmbio de alunos entre os diversos países e estendeu o movimento de internacionalização da educação superior (OLIVEIRA, FREITAS; 2017). Diante disso, surge a questão de que muitos docentes do ensino superior têm a sua formação voltada apenas para os seus campos específicos, sem um conhecimento pedagógico (DE SÁ et. al, 2017).

Considerando a diversidade cultural que esse contexto envolve, como os professores atuam diante das novas demandas provindas da internacionalização na educação?

Essa discussão envolve políticas públicas que repercutem no nível da internacionalização da educação superior brasileira. Assim, o presente trabalho, de cunho bibliográfico, teve o objetivo de discutir o planejamento pedagógico e as suas relações com o uso das tecnologias e ações de intercâmbio. A partir desta introdução, o trabalho apresenta as políticas de intercâmbio no Brasil e o uso de tecnologias e suas implicações para a integração de estudantes.

2 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL

O intercâmbio no Brasil iniciou com a criação das primeiras universidades na década de 1930. Essas instituições trouxeram professores de países europeus para consolidar os seus projetos acadêmicos (OLIVEIRA, FREITAS; 2017). No entanto, essas iniciativas estavam relacionadas ao quadro ainda reduzido de escolas superiores. Uma expressiva ampliação do ensino superior brasileiro só veio a ocorrer com a redemocratização pós Estado Novo, tornando-se necessário o investimento em políticas públicas na área de educação (NUNES, 2015): de 1900 a 1944 foram criadas 252 escolas superiores, enquanto que no período de 1945 a 1968 foram abertas 598 novas instituições desse nível educacional.

Esse panorama, associado às políticas desenvolvimentistas, oportunizaram acordos entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID). Assinado em 30 de junho de 1966, com vigência até 1969, um desses acordos destinava-se à “Assessoria para a Modernização da Administração Universitária”, ajustado posteriormente para “Assessoria do Planejamento do Ensino Superior”. Por essa política, professores brasileiros seguiam para os Estados Unidos para estudos de pós-graduação, enquanto docentes das instituições norte-americanas eram recebidos como consultores nas universidades brasileiras (BATISTA, 2011).

Para o público estudantil, as oportunidades para a mobilidade no ensino superior surgiram em 1965, por meio do Decreto nº 55.613, oficializando o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G). Essa iniciativa, atualmente regida pelo Decreto nº 7.948/2013, “[...] destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras (BRASIL, 2013, p. 13). Aos estudantes brasileiros, as políticas para o intercâmbio educacional foram contempladas no “Programa Ciência sem Fronteiras”, criado em 2011, com objetivo de promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio da mobilidade internacional (OLIVEIRA, FREITAS; 2017; BOTELHO, 2015; SILVA, CATALÃO; 2015).

A possibilidade de acolhida de estudantes em instituições estrangeiras amplia a interculturalidade nas universidades, as quais são, por natureza, um local de formação de pessoas por meio de troca de saberes. Dessa forma, conhecimentos são produzidos e abrigados, favorecendo o convívio e a integração de diversidades (OLIVEIRA; FREITAS, Cadernos da Fucamp, v.16, n.28, p.109-116/2017

2017). Segundo Azevedo, Silva Júnior e Catani (2015), a internacionalização em relação à educação que passa a ser compartilhada não somente em termos nacionais, mas num âmbito global, objetivando a solidariedade entre as nações, essência da internacionalização solidária da educação superior.

Além do intercâmbio de estudantes, o ensino superior brasileiro na última década expandiu por meio de investimentos em ações e políticas do governo federal. Isso ocorreu tanto em âmbito público como privado, culminando no aumento das ofertas de vagas. O quadro de matrículas no período de 2001 a 2010 apresentou um aumento de 110,1% (SÁ et al, 2017). A ampliação de estudantes e culturas possíveis no ambiente universitário leva a questionamentos sobre o preparo dos professores para atuarem nesse novo cenário. Tal inquietação é mencionada por Sá et al (2017), ao se referir sobre a formação dos docentes, a partir dos programas de Pós-Graduação, cuja função é a formação de pesquisadores e não a qualificação pedagógica.

Além disso, conforme Sá et al (2017), as mudanças sociais e tecnológicas criaram demandas de formação profissional para as quais o professor deve estar preparado. Entre elas está a formação de competências, tema amplamente debatido na atualidade e que, segundo Silva e Carvalho (2015), está vinculada a atributos como domínio técnico do trabalho especializado parcelado e valores como a ordem, a organização, a disciplina e o respeito à hierarquia. Em complemento, esses autores mencionam a polivalência, a pró-atividade e a resiliência como parte das competências pós fordismo. Assim, para o docente, já não é mais suficiente dominar conteúdos conceituais, sendo necessárias novas abordagens e estratégias que possibilite valorizar a participação do aluno. As práticas pedagógicas devem permitir que os estudantes trabalhem de forma a incorporar os diversos componentes, independente do conteúdo específico (SÁ, 2017). Dessa forma, seria possível a promoção da integração entre os alunos e a exploração das novas tecnologias.

A incorporação de tecnologias atualizadas oportuniza mudanças na cultura escolar, pois representa uma reorganização e capacitação por parte dos professores (NUNES, 2015), sendo essencial para alunos estrangeiros. Em estudo desenvolvido por Pizzinato et al (2017), o depoimento de uma estudante africana sobre sua experiência educacional no Brasil reforça a relevância das tecnologias no ensino:

[...] é, e a tecnologia também sabe, aqui tem muitas coisas avançadas, para estudar na África tu sofre [sic] bastante, tu não tem [sic] muito

[...]. A internet é muito cara, tu não tens acesso, tem [sic] livros, os livros antigos, tu tens que estudar para xar, não tem [sic] bons laboratórios, não tem [sic] grandes bibliotecas (Nathália, 20 anos). (PIZZINATO et al, 2017).

Evidencia-se, assim, que a tecnologia não consta apenas como recurso aos alunos, mas como uma ferramenta que propicia mudanças sobre a maneira de transmitir conhecimento. Segundo Nunes (2015, p. 210), “[...] o docente precisa ser capaz de reorganizar, de reelaborar e de transpor o conhecimento em situações didáticas em sala de aula”. Na dinâmica das relações em ambiente educacional sob diversidade cultural e, ainda, em um mundo em que a tecnologia está presente de forma ubíqua, a atuação docente exige mais do que transmitir informações (SÁ et al, 2017). É necessário desenvolver uma interação produtiva, demonstrando aproximação do professor com a realidade tecnológica disponível no cotidiano dos alunos.

Nesse contexto, a tarefa de planejar o ensino se faz essencial, sendo uma atividade crítica para o sucesso do professor. De acordo com Sá et al (2017, p. 629) “[...] o ato de planejar o ensino significa pensar os problemas da educação escolar no processo de ensino e aprendizagem”. Esse “pensar” envolve a integração dos alunos, a aplicação de tecnologias e a consideração da interculturalidade no processo de ensino proporcionada pela globalização. Desta forma o planejamento é concebido para ampliar a ação dos estudantes, indicando caminhos para a aprendizagem.

O planejamento do ensino deve envolver a integração de alunos de diversas culturas, bem como o uso das tecnologias. A atenção sobre a promoção do engajamento dos estudantes às atividades propostas requer que tais atividades não sejam desagregadoras. Um exemplo da consequência disso no processo de ensino-aprendizagem pode ser constado no depoimento de estudante africana ao estudo Pizzinato et al (2017, p. 742):

“[...] Cheguei um dia na sala de aula e tinha trabalho em grupo — quando lembro penso até em chorar, eu era a única negra africana, na faculdade em geral [...]. Tinha trabalho e a professora disse: ‘Vai ter trabalho agora, procure um grupo e peça para entrar para fazer o trabalho’. Só que quando fui falar com as pessoas, ninguém me deu bola, me isolaram [...]” (PIZZINATO ET AL, (2017, p. 742).

A fala dessa estudante evidencia a necessidade de promoção pelo professor ao acolhimento de culturas diversas no ambiente educacional, na mesma medida em que impõe a observação sobre as atividades a serem propostas diante do comportamento de seu público estudantil. O engajamento dos alunos com as ações de aula e com os seus pares melhora o rendimento escolar e o desenvolvimento social e cognitivo dos estudantes (SÁ et al, 2017).

Assim, o desafio da globalidade em relação ao planejamento educacional é o distanciamento entre os elementos das disciplinas e a realidade (SILVA, CATALÃO, 2015). Torna-se essencial que as práticas pedagógicas incorporem as novas tecnologias, as quais já estão presentes na vida dos estudantes, sob pena de tornar o ensino e a aprendizagem distante do contexto de competências requeridas nas relações sem fronteiras. Associado a isso, os planos para o ensino devem considerar a interculturalidade no ambiente educacional, promovendo a integração dos estudantes diante da diversidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que, no cenário globalizado em que o intercâmbio dos estudantes e o uso de tecnologias é uma realidade, o planejamento pedagógico ainda ocorre sob moldes que destoam de uma dinâmica de relações sem fronteiras.

Considerando que a formação docente volta-se ao desenvolvimento de pesquisadores, não incorporando o preparo desse profissional para as práticas pedagógicas, o planejamento do ensino torna-se um desafio a ser vencido pelas instituições de ensino superior. Uma solução poderia advir de uma formação continuada, permitindo aos professores o desenvolvimento do olhar sobre a relevância da estruturação de suas práticas, da incorporação de tecnologias e da observação sobre a diversidade do seu público estudantil.

Essa ação deve ir ao encontro dos interesses das instituições, as quais devem estar preparadas não apenas para a acolhida dos estudantes, como, também e principalmente, para possibilitar a sua integração no grupo.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Tiradentes (UNIT) por proporcionar bolsas que possibilitaram a execução deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; SILVA JÚNIOR, João dos Reis.; CATANI, Afrânio Mendes. A internacionalização da educação superior em diálogos: circulação de ideias, bem público e imperialismo cultural. In: SILVA, Maria Abádia da; SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. **Pensamento político e pedagógico na formação do pesquisador em Educação**.1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 46-49.

BATISTA, Margarida Maria Costa. Meus caminhos na Administração Pública: bases empíricas da Administração Pública. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 145-233, 2011.

BRASIL. Decreto n 55.613, de 20 de janeiro de 1965. Torna obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de convênio culturais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jan. 1965. Seção 2, p. 896.

BRASIL. Decreto nº 7.948, de 17 de março de 2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 mar.2013. Seção 1, p. 13.

BOTELHO, A. de F. Das propostas do Banco Mundial à avaliação institucional na educação. In: SILVA, Maria Abádia da. Silva, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. In: **Pensamento Político e Pedagógico na Formação do Pesquisador em Educação**.1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 235-249.

MELO, A. A. S. Políticas para a educação básica no Brasil e as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico no século XXI. **Cadernos ANPAE**, v. 1, p. 1-13, 2015.

NUNES, Andréa Karla F. **Políticas públicas e TIC na educação: DITE Sergipe 1994 a 2007**. Aracaju: EDUNIT, 2015.

OLIVEIRA, Adriana Leônidas de; FREITAS, Maria Ester de. Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. **Revista Brasileira de Educação**, v.22, n.70, p.774-801, jul 2017.

PIZZINATO, ADOLFO et al. Aspectos étnico-raciais e de gênero na inserção universitária de jovens africanas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.22, n.70, p. 732-751, jul 2017.

SÁ, Eliane Ferreira de et al. As aulas de graduação em uma universidade pública federal: planejamento, estratégias didáticas e engajamento dos estudantes. **Revista Brasileira de Educação**, v.22, n.70, p. 625-650, jul 2017.

SILVA, Caetana Juracy Rezende; CARVALHO, Olgamir Francisco de. Reflexões acerca da noção de competência no pensamento pedagógico contemporâneo no Brasil. In: **Pensamento político e pedagógico na formação do pesquisador em educação**.1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 217-249.

SILVA, Maria Abádia da; SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. **Pensamento político e pedagógico na formação do pesquisador em educação**.1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SILVA, Rosana Gonçalves da.; CATALÃO, Vera Margarida Lessa. Religião dos saberes e educação: as contribuições do pensamento complexo. **Pensamento político e pedagógico na formação do pesquisador em educação**.1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 251-267.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.